

Agora, um prazo menor para o reescalonamento

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O Brasil está disposto a pedir um prazo entre dois e cinco anos para reescalonar o pagamento do principal de sua dívida externa. Foi o que disse o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, ontem, a William Rhodes, chefe do comitê assessor da dívida brasileira, sediado em Nova York. Segundo o assessor de imprensa do BC, Jorge Luiz de Souza, Bracher não chegou a fazer propriamente uma proposta, porque as negociações começarão, na prática, em janeiro de 1986. Não foi feita também qualquer proposta para renegociar as linhas de crédito de curto prazo, a vencer em 17 de janeiro.

O que foi colocado ao comitê assessor significa que Fernão Bracher abandonou definitivamente a tese do ex-presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, que estava negociando com os bancos um prazo de carência de sete anos (que agora pode ser de dois ou cinco), durante o qual o Brasil só pagaria juros e comissões, deixando as amortizações para serem saldadas a partir do começo da próxima década. Não foi explicado o motivo dessa mudança de postura mas, bem antes de viajar, Bracher havia demonstrado que "tudo começaria da estaca zero".

O presidente do Federal Reserve (Banco Central americano), Paul Volcker, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Antônio Ortiz Mena, mostraram "boa receptividade" às exposições de Bracher sobre o pacote econômico votado pelo Con-

gresso Nacional no início deste mês. Larosière, porém, pediu que o Ministério da Fazenda ou o próprio Banco Central enviasse a ele um texto claro a respeito dos efeitos do pacote, para que as medidas fossem melhor compreendidas. Isso, na segunda-feira, quando Bracher aproveitou estas visitas para apresentar seu diretor de dívida externa, Antônio de Pádua Seixas. O presidente do Banco Central teve um encontro em separado com o representante brasileiro no FMI, Alexandre Kafka.

Na terça-feira, Bracher já estava em Nova York, mantendo contatos com os banqueiros. Segundo Bracher — em telefonema para seu assessor Jorge Luis —, a recepção às medidas econômicas brasileiras foi igualmente positiva. Também em Nova York, Bracher teve um encontro com o presidente do Citibank, John Reed, e com o vice, William Rhodes, chefe do comitê assessor, além de outros banqueiros importantes. O presidente do Banco Central voltará ao comitê assessor hoje de manhã e seu regresso ao Brasil está previsto para a noite, devendo retornar aos Estados Unidos em janeiro.

"NÃO HÁ DIFERENÇAS"

Não existem discursos diferentes entre o ministro Dilson Funaro e o presidente do Banco Central, Fernão Bracher, em relação à postura do Brasil perante o FMI (Fundo Monetário Internacional) segundo graduado assessor de Funaro. O auxiliar explicou que o ministro da Fazenda nunca afirmou que o Brasil não faria qualquer acordo com o FMI. "Isto, na prática, representaria o rompimento com o fundo, o que não está em cogitação atualmente", afirmou.